

ENTREVISTA COM SYLVIE GUILLAUME

Cândido Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Isabelle Clavel

Université Bordeaux-Montaigne/CEMMC

Correspondência:

Programa de Pós-graduação em História – ICHS/UFMT

Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367 – Boa Esperança

Cuiabá – MT – Brasil. CEP: 78060-900

E-mail: candidorodrigues2024@gmail.com

A Revolução de 1789 continua a marcar a cultura política francesa que se organiza de acordo com a clivagem direita/esquerda como um dado fundamental e quase intransponível da identidade política nacional. A historiadora francesa, Sylvie Guillaume, professora emérita da Universidade de Bordeaux-Montaigne e pesquisadora associada ao Centre d’Histoire de Sciences-Po Paris (CHSP), consagrou seus trabalhos de pesquisa aos partidos do centro, mas também às práticas centristas do poder e aos não-ditos da cultura do compromisso político. Nesta entrevista,¹ ela explora conosco a noção de *consensus* por meio de múltiplos exemplos históricos, mas também referindo-se à atualidade política francesa. Ela propõe igualmente uma explicação mais europeia sobre esta noção, evocando os casos da Alemanha e da Grã-Bretanha, uma comparação que traz elementos sobre a especificidade dos espaços nacionais, necessariamente dependentes de uma cultura institucional e constitucional. Optamos por abordar com Sylvie Guillaume a importância desempenhada pelas classes médias para os partidos políticos. Ela demonstra como estas, por suas diversidades, escapam a toda categorização simplista e respondem a reflexos políticos sempre dependentes de suas aspirações individuais e profissionais. Em colaboração com Jean-François Sirinelli, seus últimos livros tratam da história do UDF, *Histoire de l’UDF, L’Union pour la démocratie française, 1978-2007*, e sobre a V República, *Comprendre la V^e République*.

¹ Entrevista traduzida do francês. Todas as notas foram elaboradas pelos entrevistadores.

Em *Le consensus à la française*,² a senhora demonstra que a história e a historiografia francesas tiveram dificuldades para fazer uma leitura diferente daquela da clivagem direita-esquerda pois “a França, mãe das revoluções, fez do combate revolucionário um elemento estruturante da sua identidade nacional e da sua cultura política”³. Como a senhora pode definir o “consenso à francesa”?

Sylvie Guillaume: A obra *Le consensus à la française* se inscreve no contexto particular dos anos 1980, época em que diversos observadores constatam uma redução da clivagem direita-esquerda e uma gestão consensual, senão comum, das crises. Referíamos a *La république du centre*, de François Furet, Jacques Julliard e Pierre Rosanvallon,⁴ ou ainda às análises de Marcel Gauchet.⁵ Meu objetivo foi identificar espaços consensuais para além de uma cultura política de conflito na França. A forte fidelidade, tanto do partido de direita como de esquerda, a princípios ideológicos distintos não contribui à criação de políticas consensuais para resolver os problemas, em particular aqueles que dizem respeito ao tecido social. O debate é sempre atual. Um governo de esquerda vai “desfazer” as reformas que tendem a atenuar as desigualdades sociais se elas foram realizadas por um governo de direita, e um governo de direita não hesitará em questionar as reformas feitas por um governo de esquerda.

Mas no meu livro a respeito do consenso, eu identifiquei espaços consensuais, em particular no campo institucional. Sob a V República⁶ existe, com certeza, um consenso a respeito da eleição do presidente da República por meio do sufrágio universal e uma permanência do que Serge Berstein chamou de “monarquia republicana”. François Mitterrand⁷ adotou amplamente as práticas gaullistas no exercício do poder executivo. No campo econômico e social, constatamos que os socialistas aceitaram a economia de mercado enquanto a direita não abandonou algumas conquistas do Estado-providência. Sem mencionarmos uma certa continuidade na política exterior, em particular no que se refere ao processo de construção da União Europeia.

Contudo, nos perguntamos se o consenso, a respeito de algumas questões, entre a direita e a esquerda, não favorece o aumento dos extremos. A questão está presente na obra citada anteriormente, *La république du centre*. O consenso alimentaria dessa

² GUILLAUME, Sylvie. *Le consensus à la française*. Paris: Belin, 2002.

³ *Ibidem*, p. 5.

⁴ FURET, François; JULLIARD, Jacques; ROSANVALLON, Pierre. *La république du centre, la fin de l'exception française*. Paris: Calmann-Lévy, 1988. Quando a França se preparava para celebrar o bicentenário de 1789, os três historiadores tiveram como intenção demonstrar que a clivagem direita-esquerda, herdeira da Revolução Francesa, estava se modificando.

⁵ GAUCHET, Marcel. *La révolution des droits de l'homme*. Paris: Gallimard, 1989.

⁶ A V República é o regime constitucional iniciado na França a partir de 1958 pelo general de Gaulle, após a queda da IV República em consequência da crise política oriunda da Guerra da Argélia.

⁷ François Mitterrand foi o primeiro socialista a tornar-se presidente (1981-1995) sob a V República. Em 1964, ele escrevia *Le coup d'État permanent*, ensaio no qual criticava duramente a constituição de 1958 e o exercício do poder pelo general de Gaulle.

forma os extremos tanto à esquerda como à direita. A extrema-direita acusa o UMP⁸ de trair os seus princípios. Ocorre a mesma coisa da parte da extrema-esquerda com o Partido Socialista (PS). O Front de Gauche, de Jean-Luc Mélanchon,⁹ não cessa de criticar a política do PS no poder desde a eleição de François Hollande, em 2012. Marine Le Pen, líder do Front National,¹⁰ associa ferozmente as duas grandes formações, de direita e de esquerda (UMP e PS), com a sigla UMPS.

Tanto à direita como à esquerda existem os nostálgicos da soberania nacional, receosos de que esta possa se diluir nas instituições comunitárias da Europa. A mundialização favorece igualmente o processo. Os extremos jogam com os medos do cidadão frente à mundialização.

Estudar o consenso em política não é certamente, para o historiador, uma maneira de fazer uma leitura consensual da história. Qual pode ser a fecundidade histórica dessa abordagem para a França, mas igualmente para outros espaços? Ela nos conduziu à observação de outros objetos históricos ou ela possui também a vocação para explorar outros campos do político até aqui ignorados?

Sylvie Guillaume: O historiador voltou-se para o estudo do consenso depois dos filósofos e dos sociólogos. O interesse dedicado pelo historiador ao consenso tem o mérito, com efeito, de estudar o fenômeno na longa duração e podemos então falar melhor, por exemplo, de uma leitura mais consensual da história entre duas rebeliões, explosões revolucionárias, febres temporárias. É aqui que podemos falar de fecundidade histórica, a partir da identificação de momentos consensuais. A abordagem histórica não exclui a contribuição das outras disciplinas: Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia.

Estudar o consenso em política é também insistir sobre a relação entre os governantes e os cidadãos, distinguir de alguma forma as interações políticas. Há nos cidadãos uma demanda de consenso que significa, também, paz nas relações sociais? Em que medida os governantes dão uma resposta a essa questão? Inversamente, neste caso, pode haver oferta de um consenso pelos governantes graças a grandes reformas e à recusa por parte dos cidadãos que estão particularmente divididos a respeito das questões da sociedade. Vimos isso ocorrer no caso do debate a respeito da legislação que autoriza o casamento entre pessoas do mesmo sexo,¹¹ na reforma das aposentadorias ou ainda

⁸ Fundada em 2002 por Jacques Chirac, a União para um Movimento Popular (UMP) é o grande partido da direita francesa.

⁹ Jean-Luc Mélanchon, antigo ministro socialista, criou em 2009, junto ao Partido Comunista, uma coalizão de diversos partidos políticos, todos alinhados à extrema-esquerda.

¹⁰ Front National, partido de extrema-direita na França, foi criado por Jean-Marie Le Pen em 1972 e atualmente é liderado por Marine Le Pen.

¹¹ A lei sobre o *mariage pour tous*, promulgada em 17 de maio de 2013, permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

nas reformas judiciárias. As velhas clivagens reaparecem e prejudicam uma política reformista, seja ela de direita ou de esquerda.

A abordagem consensual é em si mais aplicável aos espaços europeus?

Sylvie Guillaume: As questões não se colocam nos mesmos termos em razão da diversidade das culturas políticas e dos sistemas. Na Alemanha, por exemplo, a negociação precede a greve. Na França, é o inverso. Na Alemanha, vimos a constituição de governos de coalizão para destravar um sistema político paralisado ou para administrar uma crise econômica. Os governos de coalizão reúnem os dois grandes partidos, CDU/CSU e SPD;¹² este foi o caso em 1966 e é ainda o caso atual no último governo de Angela Merkel. Não vimos com bons olhos, na França, um governo reunindo ministros do UMP e do PS, e as tentativas de abertura que Nicolas Sarkozy pode fazer em 2007 foram efêmeras e malvistas. Na Inglaterra, uma alternância interiorizada facilita o consenso e o *shadow cabinet*¹³ é institucionalizado e desempenha um papel mais importante na decisão do que os partidos de oposição na França. Porém, existem espaços políticos na França onde direita e esquerda podem discutir juntas e sem reservas ideológicas. Citemos o debate a respeito da legislação referente à eutanásia, preparado por dois parlamentares, um do UMP e outro do PS. O papel das comissões parlamentares na fabricação de consenso merece ser estudado. Não nos esqueçamos, além disso, de que o aparato político, na sua grande maioria, vem da mesma escola, *École Nationale d'Administration* (ENA), e que pode haver uma solidariedade entre os membros de uma mesma promoção, qualquer que seja o seu pertencimento político.

Norberto Bobbio explica que, entre as posições de direita e de esquerda, há “posições intermediárias que ocupam um espaço central entre dois extremos, designada[s] comumente, e de maneira notória, sob o nome de ‘centro’”.¹⁴ Na introdução do colóquio *Le centrisme en France aux XIX^e et XX^e siècles: un échec?*,¹⁵ a senhora demonstra que essa vocação espacial do “centro” sobre o tabuleiro político não expressa sua complexidade. Quais são, mais precisamente, as características teóricas do conceito de “centrismo”? Existe um modelo, um paradigma centrista?

¹² CDU/CSU: União Cristã-Democrata da Alemanha / União Cristã-Social da Baviera. SPD: Partido Social-Democrata da Alemanha.

¹³ É um governo virtual composto pelos membros mais influentes da oposição junto ao sistema parlamentar britânico. É institucionalmente reconhecido.

¹⁴ BOBBIO, Norberto. *Droite et gauche. essai sur une distinction politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1996. p. 34.

¹⁵ GUILLAUME, Sylvie (Dir.). *Le centrisme en France aux XIX^e et XX^e siècles: un échec?* Pessac: MSHA, 2005.

Sylvie Guillaume: É necessário distinguir os centros, o centrismo e os centristas. Na França, o termo “centro” foi empregado no entreguerras, nos anos 1920. Antes desse período, nos referíamos, não sem desprezo, a *du marais, du juste-milieu*,¹⁶ quer dizer, a uma corrente que não estava nem à direita nem à esquerda. Ao centro é inicialmente atribuída uma definição negativa. Mas o centro tem a sua importância, dado que ele provou que as eleições se ganham no centro, por exemplo sob a IV República, e mais ainda a partir da V República, como afirma Valéry Giscard d’Estaing.¹⁷ Podemos igualmente identificar centristas, de Mirabeau à Bayrou, para retomar o subtítulo do livro de Jean-Pierre Rioux a respeito dos centristas.¹⁸ Léon Gambetta havia compreendido muito bem o interesse do centro quando estava mais à esquerda do que Adolphe Thiers. Ele conseguiu reunir em torno dos valores da República – III República – as novas camadas, as classes médias, mesmo no Senado, que era então conservador e rural.

Podemos falar de uma inclinação ao centrismo, da mesma forma que havíamos feito no colóquio a respeito do centrismo na França, mesmo se o centro ou os centros encontram grandes dificuldades para terem uma existência autônoma. Porém, existem momentos centristas sob a III República com os “republicanos oportunistas”. No início do século XX, a Aliança Republicana Democrática corresponde a um momento centrista. Sob a IV República, a Terceira Força é certamente um governo de centro, que se constitui em 1947. Ele reúne personalidades do MRP, da SFIO,¹⁹ do Partido Radical, do Centro Nacional dos Independentes, para lutar contra dois extremos, o Partido Comunista, cujos ministros acabam de ser destituídos do governo em 1947, e do RPF, partido gaullista criado em 1947. A lei eleitoral sobre a possibilidade de associação²⁰ decidida pelo governo Queuille (em 1951), do Partido Radical, permitiu a essas forças se unirem para ganharem as eleições legislativas. A Terceira Força se une em torno da defesa da república parlamentar, da adesão à Aliança Atlântica (Otan) e do processo de construção da União Europeia, mas implode, em 1951, em razão do problema da laicidade, no centro do qual se coloca a questão escolar que opõe o MRP e o CNIP à SFIO e aos radicais.

Le Cartel des non,²¹ que se constituiu em 1962, foi o primeiro grande momento centrista da V República. As forças políticas que se encontravam reunidas na Terceira

¹⁶ O termo *marais* foi utilizado para designar os deputados moderados, em 1792, que ocupavam os lugares mais baixos no *hémicycle* (anfiteatro onde se reuniam os políticos durante o período da Convenção Nacional). Ao passo que o termo *juste-milieu* designa a forma de governo moderado preconizada pela monarquia de Julho, a partir de 1830.

¹⁷ Presidente da República de 1974 a 1981.

¹⁸ RIOUX, Jean-Pierre. *Les centristes, de Mirabeau à Bayrou*. Paris: Fayard, 2010.

¹⁹ MRP: Movimento Republicano Popular (Partido Democrata-Cristão); SFIO: Seção Francesa da Internacional Operária (Partido Socialista).

²⁰ Essa lei eleitoral, votada em 1951, permite a dois partidos se associarem. Eles passam a somar então o número de votos obtidos no escrutínio proporcional. No caso de ambos obterem a maioria absoluta numa circunscrição, eles ganham a totalidade das cadeiras dos deputados.

²¹ Coalizão dos partidos contrários ao projeto constitucional proposto pelo general de Gaulle a respeito da eleição do presidente da República por meio do sufrágio universal.

Força fazem oposição contra a eleição do presidente por meio do sufrágio universal, reforma cara ao general de Gaulle. Essa hostilidade a uma reforma, que será bem rápida e muito popular junto aos cidadãos franceses, se explica pela vinculação das forças políticas do *Cartel des non* ao parlamentarismo. Essas forças têm receio de uma deriva rumo a um poder pessoal, mas não puderam impedir a adoção dessa reforma por meio de uma ampla maioria.

Quais são, conseqüentemente, as variáveis desse conceito que compõem as identidades políticas da centro-esquerda e da centro-direita? Há famílias políticas para as quais podemos falar de uma “inclinação ao centrismo”?

Sylvie Guillaume: Os centros são muito vinculados aos valores da República, à plenitude individual, têm fé no progresso e, mais recentemente, na Europa. Eles criticam o jacobinismo e um centrismo excessivo.

A esses valores centristas correspondem as três ramificações do centro: a linha liberal, a linha radical e a linha democrata-cristã. A conjunção dessas três ramificações ou heranças realizou-se na *Union pour la démocratie française* (UDF), criada em 1978, sob estímulo de Valéry Giscard d’Estaing,²² primeiro presidente não gaullista da V República. Mas esse partido, que ocupou um lugar muito importante na vida política francesa, conheceu múltiplas divisões internas. Ele reúne a direita não gaullista e a centro-direita, o que significa que não existe verdadeira autonomia para o centro. Mas entre os centristas alguns pensam que existe um espaço político autônomo para o centro. Esta foi a estratégia de Jean Lecanuet, que obteve 15,5% dos votos do primeiro turno da eleição presidencial de 1965, e também aquela, mais recente, de François Bayrou, antigo presidente do UDF em 1998 e candidato malsucedido na eleição presidencial em 2002. Ele manifesta a sua diferença com o UMP, que reúne UDF e RPR, antes de se separar em 2006. Ele recomendou o voto em François Hollande nas últimas eleições presidenciais de 2012, mas não hesitaria em se aproximar mais facilmente de uma candidatura de Alain Juppé em 2017. A V República, marcada pela presidencialização e pela bipolarização, graças a um escrutínio majoritário, não favorece a criação de um espaço autônomo para o centro. François Bayrou é favorável à introdução de uma dose de proporcionalidade no modo de escrutínio. Essa reivindicação é comum aos outros partidos minoritários, como *Europe Ecologia Les Verts (EELV)*, o *Parti Écologique*, ou o *Front National*.

²² GUILLAUME, Sylvie; RICHARD, Gilles; SIRINELLI, Jean-François. *Histoire de l’UDF*. Rennes: PUR, 2013.

Serge Berstein, em “*La cohabitation, moteur du centrisme*”,²³ explica que “a prática centrista do poder é antitética das tradições políticas da França e o oposto da lógica da V República. [...] Porque a vida política francesa tem suas origens e sua legitimidade nas clivagens nascidas da Revolução Francesa, a cultura do compromisso não faz parte da sua herança”.²⁴ Qual diferença a senhora faz entre o centrismo ideológico e a prática centrista do poder?

Sylvie Guillaume: O centrismo ideológico é portador de valores que eu enumerei anteriormente, tais como a vinculação à república, a um parlamentarismo racionalizado, à descentralização, à Europa, mas esses valores podem ser partilhados também por partidos de esquerda ou de direita. Os combates europeus foram a marca identitária, por excelência, dos democratas-cristãos, mas mesmo nesse domínio eles são acompanhados por outras forças, dentre as quais os gaullistas, que evoluíram bastante, como Jacques Chirac,²⁵ criticando a Europa sob a presidência de Valéry Giscard d’Estaing, mas depois apelando a votar em favor do Tratado de Maastricht.

Existe uma distância entre a ideologia centrista e as práticas do poder, mas poderíamos fazer uma observação similar para o UMP ou o PS. Um partido de governo tem obrigações que não possui quando está na oposição. As práticas centristas do poder são dependentes dos seus parceiros e vimos que a autonomia do centro era um fenómeno raro.

A SFIO não é um partido centrista; ainda assim, tem uma inclinação centrista sob a IV República. A maior parte dos partidos republicanos que estão no poder têm essa tentação centrista.

Sylvie Guillaume: A SFIO teve, de fato, uma política centrista quando esteve no poder nos anos 1950, malgrado suas referências marxistas. Giscard tem uma política centrista, o que não lhe impediu, pronunciando o discurso de Verdun-sur-le-Doubs em vista das eleições de 1978, de pedir aos franceses que fizessem a melhor escolha entre a direita e a esquerda. Não era mais o caso de uma união ao centro. Mas as grandes reformas de Giscard no primeiro ano do seu mandato podem se reivindicar do centrismo. Podemos igualmente fazer referência a *La nouvelle société* de Jacques Chaban-Delmas em 1969, antes do mandato de sete anos de Giscard, sob Georges Pompidou; os conselheiros de Chaban, Simon Nora e Jacques Delors, vinham do círculo de apoio de Pierre Mendès-France, do Partido Radical.

²³ BERSTEIN, Serge. *La cohabitation, moteur du centrisme*. In: GUILLAUME, Sylvie; RICHARD, Gilles; SIRINELLI, Jean-François. *Histoire de l’UDF*. Op. cit., p. 167-177.

²⁴ *Ibidem*, p. 167.

²⁵ Jacques Chirac foi o presidente da República de 1995 a 2007.

No *Dictionnaire historique de la vie politique française au XX^e siècle*,²⁶ Danièle Zéraffa-Dray considera que “o centro enquanto realidade política só pode ser concebido a partir do momento em que as condições de um regime parlamentar são criadas, inclusive sob a forma de uma monarquia constitucional”.²⁷ Como o centrismo se expressou particularmente nos regimes parlamentares? Na sua opinião, quais são os “momentos” centristas mais emblemáticos da história francesa e europeia?

Sylvie Guillaume: Eu creio já ter respondido anteriormente a essa questão. Eu posso acrescentar que a Monarquia de Julho, em 1830, foi qualificada de “monarquia centrista”. Eu evoquei a Terceira Força sob a IV República, que era um regime parlamentar. A V República, marcada pelo presidencialismo, não conheceu verdadeiramente governos centristas. Seria necessário ainda falar de tentativas centristas como aquela do “*Cartel des non*” em 1962, de Lecanuet em 1965, ou ainda aquela de François Bayrou em 2002.

Na Alemanha, desde a Segunda Guerra Mundial, todos os governos privilegiaram uma política centrista em reação a toda forma de extremismo.

Mesmo o SPD, que após a guerra reivindicava a sua herança marxista, recusou em 1949 a aliança com os comunistas. A partir de 1959, o SPD se orientou na direção de um socialismo reformista no congresso de Bad Godesberg. Willy Brandt, Helmut Schmidt e também Gerhard Schröder, cujas reformas foram citadas como exemplo na França, reivindicam políticas sociais democratas. Existem muito menos reservas na Alemanha do que na França em se declarar social-democrata ou mesmo social-liberal, o que favorece políticas centristas da parte do SPD, mas também da CDU moderada.

Para Danièle Zéraffa-Dray, “o centro, nascido na França, é uma concepção latina da política (Itália, Espanha, Portugal), ao passo que nos países anglo-saxões ou o bipartidarismo exclui a possibilidade real de um centro (Reino Unido, Estados Unidos) ou é denominado ‘centro’ um bloco reunindo interesses conservadores ou reacionários que substituíam, *ipso facto*, a direita no tabuleiro político latino: este é o caso do *Zentrum*, fundado em 1871, na Alemanha”.²⁸ A seu ver, esse esboço de tipologia corresponde a uma “geografia” efetiva dos centros? Em que medida o conceito de “centrismo”, tal como a senhora definiu, pode ser operatório para descrever outras realidades históricas e políticas fora da França e, quem sabe, fora do espaço europeu?

²⁶ SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Dictionnaire historique de la vie politique française au XX^e siècle*. 3. ed. Paris: PUF, 2013.

²⁷ ZÉRAFFA-DRAY, Danièle. Centre, centrisme. In: SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Dictionnaire historique*. *Op. cit.*, p. 191.

²⁸ *Idem*.

Sylvie Guillaume: É difícil comparar o que não é comparável. Há regimes institucionais diferentes, mas também práticas políticas diferentes, culturas políticas diferentes. É correto dizer que nos países anglo-saxões não existe partido centrista autônomo. Mas o centro não se identifica sempre com o conservadorismo, tal como foi o caso do *Zentrum* na Alemanha. A CDU na Alemanha, o MRP na França, que podemos classificar na centro-direita, são partidos reformistas. Quanto ao centrismo, não podemos negar a sua inclinação, mesmo numa democracia marcada pela bipolarização.

O conceito é, portanto, operatório, mas sob a condição de definir qual é o espaço político determinado pelas instituições e o mundo eleitoral. O espaço político do centrismo é, portanto, muito mais restrito do que para as outras culturas políticas?

Sylvie Guillaume: O espaço político do centrismo não é necessariamente mais restrito do que o das outras culturas políticas, pois ele não se limita aos partidos identificados com o centro. É necessário, de fato, distinguir, de um lado, os partidos do centro e, de outro, o centrismo que pode existir nos partidos de direita e de esquerda. Lembremos que, dadas as realidades econômicas e sociais, você tem conservadores à direita e conservadores à esquerda, progressistas à direita e progressistas à esquerda. Os mesmos problemas são colocados a governos de países diferentes e esses mesmos problemas podem gerar políticas muito próximas. Nada é estático e é aqui que intervêm as escalas cronológicas caras aos historiadores. Citemos como exemplo a evolução do Partido Socialista Francês, que, após ter afirmado a sua fidelidade a uma ideologia marxizante ou revolucionária, evoluiu em direção ao reformismo depois de interiorizar a economia de mercado e as instituições da V República.

A França é laica, mas qual lugar a religião ocupa na sociedade francesa?

Sylvie Guillaume: A religião ocupa um lugar importante, embora a partir da lei de 1905 (a respeito da separação das Igrejas e do Estado) a religião pertença à esfera privada. Já mencionamos que a questão escolar, com o problema das subvenções concedidas às escolas privadas, havia feito implodir a Terceira Força. O debate sobre a laicidade opôs a SFIO, os Radicais, ao MRP e impediu a constituição de um partido trabalhista na França após a Segunda Guerra. Daí o insucesso de governos centristas na tentativa de unir os dois campos. É uma singularidade francesa.

A defesa da laicidade é paradoxalmente reivindicada pelo *Front National* de Marine Le Pen, que, na sua estratégia de conquista do poder, se quer unificadora. Ainda que uma parte do eleitorado do *Front National* seja identificada como católica, muito praticante e muito tradicional.

As classes médias, que podemos definir como “as categorias sociais intermediárias entre a burguesia e o povo”,²⁹ foram objeto de um “reconhecimento importante, permanente e diversificado” por parte dos partidos políticos, o que a senhora demonstra também em *Les classes moyennes au coeur du politique sous la IV^e République*.³⁰ Como os partidos políticos ou as famílias políticas se interessaram pelas classes médias desde que elas foram identificadas no final do século XIX? São atores políticos autônomos? Quais são as características específicas das escolhas políticas das classes médias e como elas evoluíram?

Sylvie Guillaume: As classes médias não constituem um bloco. Distinguimos as classes médias independentes, os artesãos, os profissionais liberais... classes médias assalariadas. No século XIX, as classes médias independentes formavam o grupo mais importante das classes médias. Num primeiro momento, a esquerda sempre negou o conceito de classe média porque, em nome da análise marxista que insiste na luta de classes e na pauperização, a classe média não existia. Nessa lógica, as classes médias são chamadas seja a se pauperizarem e a se unirem à classe operária, seja a se enriquecerem e, portanto, se unirem à burguesia. A SFIO evoluiu junto com a importância das classes médias assalariadas, funcionários que formavam a maioria do seu eleitorado. Houve, portanto, uma tomada de consciência dessas classes médias sob a IV República. Para se desenvolverem rápido, os partidos de direita permanecem favoráveis às classes médias independentes e os partidos de esquerda, às classes médias assalariadas.

Não são atores políticos autônomos porque não há verdadeiramente uma identidade comum às classes médias. As reivindicações das classes médias independentes são diferentes daquelas das classes médias assalariadas. As rendas, os modos de vida, as escolhas políticas ou sindicais das classes médias não são homogêneos. Este é o mais importante problema dos corpos intermediários. Devem-se reconhecer os interesses corporativos nas classes médias. Atualmente as reformas do governo Valls³¹ provocam as reações corporativas dos notários, dos médicos, dos farmacêuticos. Categorias sociais que vão às ruas, embora elas não fossem habituadas a isso. Os reflexos corporativistas existem também entre as classes médias assalariadas ligadas às conquistas sociais, o que torna muito difícil, para não dizer impossível, toda reforma das regras especiais de aposentadoria. Essas reações corporativas são cada vez mais profundas à medida que as classes médias têm a impressão de serem ameaçadas pelo empobrecimento e, conseqüentemente, pela perda de *status* social. Elas são alvos de todas as atenções da classe política, pois elas representam uma questão eleitoral importante e contribuem à coesão do conjunto da sociedade.

²⁹ MAYER, Nonna. Classes moyennes et politique. In: SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Dictionnaire historique de la vie politique française au XX^e siècle*. 3. ed. Paris: PUF, 2013. p. 232.

³⁰ GUILLAUME, Sylvie. *Les classes moyennes au coeur du politique sous la IV^e République*. Talence: MSHA, 1997.

³¹ Primeiro-ministro socialista do presidente François Hollande. Está à frente do governo desde março de 2014.

*Entrevista recebida em 16 de junho de 2015.
Aprovada em 10 de julho de 2015.*